

Regulamento Geral Eleitoral para os Órgãos Sociais da Federação Académica de Medicina Veterinária 2020

Capítulo I Processo Eleitoral

Artigo 1º Periodicidade e Assembleia Eleitoral

As Eleições dos Órgãos Sociais da Federação Académica de Medicina Veterinária (FAMV) para o mandato 2020/2021, realizadas anualmente, regem-se pelos artigos 34º a 38º, do Capítulo V dos Estatutos aprovados em sede de Assembleia Geral, relembrados no Anexo I.

Capítulo II Apresentação das candidaturas

Artigo 2º Modo de apresentação

1. Todas as candidaturas devem ser entregues para mag.famv@gmail.com pelo Presidente de lista e deve conter as seguintes informações:

- a. Órgão social ao qual a lista se candidata;
- b. Designação da lista;
 - i. Caso a lista seja endereçada sem designação (ex: C), ser-lhe-á atribuída uma letra do alfabeto árabe, por ordem de submissão das listas;
- c. Listagem dos elementos candidatos com:
 - i. Nome completo;
 - ii. Cargo ao qual se candidatam;
 - iii. Associação de Estudantes a que pertencem;
 - iv. Declaração de todos os cargos ocupados;
 - v. Credenciação assinada por dois elementos da AE correspondente;
 - vi. E-mail;
 - vii. Contacto telefónico.

- d. Listagem de elementos suplentes com igual número ao dos elementos candidatos.

Artigo 3º

Restrições aos candidatos

1. Os candidatos só podem concorrer a uma única lista.
2. Os candidatos suplentes não poderão figurar:
 - a. Em mais do que uma lista de substitutos;
 - b. Em listas de substitutos para os quais são candidatos.

Artigo 4º

Desistência de candidatos

1. A desistência deve ser comunicada à Mesa de Assembleia Geral num período de 24h desde a tomada do seu conhecimento e até um período máximo de 48h antes da Assembleia Eleitoral.
2. A desistência de candidatos, incluindo os substitutos, implica a anulação da lista candidata.

Artigo 5º

Afixação das listas provisórias

1. As listas provisórias serão publicadas na plataforma Facebook da FAMV, assim como endereçadas aos membros desta Federação num período máximo de 48h após o prazo de submissão e após verificação da regularidade do processo eleitoral e da elegibilidade dos candidatos.
2. Os candidatos podem efetuar reclamações até um período máximo de 24 horas após a publicação das listas.
3. Caso não sejam requeridas alterações, as listas publicadas e aqui enunciadas são definidas como listas definitivas.

Artigo 6º

Irregularidades

1. Todas as irregularidades detectadas deverão ser comunicadas à(o) Presidente da respetiva lista, num período máximo de 60h após o prazo de submissão.

2. O mandatário deve informar se aplica ou abdica das necessárias correções num período máximo de 24h após a notificação das mesmas.
3. Findo o período supracitado em 2., caso todas as irregularidades não sejam corrigidas, a lista será rejeitada.

Artigo 7º

Afixação das listas definitivas

Findo o prazo do ponto 3. Do Artigo 3º, o Presidente da Mesa de Assembleia Geral mandará publicar as novas listas na plataforma Facebook da página da FAMV e enviar as mesmas, via e-mail aos membros desta Federação.

Capítulo III

Votação

Artigo 8º

Princípios Gerais

1. As votações para as eleições de cada um dos órgãos sociais é realizada por escrutínio secreto, de acordo com o Artigo 37º do Capítulo V dos Estatutos da FAMV
2. É permitido apenas 1 (um voto) por cada Associação de Estudantes membro desta Federação, representado por um eleitor.
 - a. São considerados eleitores os estudantes de Medicina Veterinária que constituam os órgãos sociais das Associações de Estudantes membros da FAMV.
3. Caso não seja possível fazer a votação de forma presencial, a Mesa da Assembleia Geral emitirá nas 48 horas que antecedem a Assembleia Eleitoral uma minuta que será anexada a este regulamento.
 - a. A minuta deverá expor todas as instruções necessárias, de forma a possibilitar a realização de uma votação online
 - b. Esta minuta deverá ser votada em sede de Assembleia e aprovada por maioria das Associações de Estudantes membro presentes, com direito de voto.

Artigo 9º

Boletins de voto

1. Os boletins de voto são de forma retangular onde deverão constar:
 - a. Os nomes de cada lista;
 - b. Um quadrado correspondente a cada lista, situado na mesma linha do nome;
 - i. Este quadrado destina-se à assinalação por parte do eleitor, da lista escolhida.
 - c. A rubrica do Presidente da Mesa de Assembleia Geral no canto superior direito.
2. A elaboração dos boletins de voto em número suficiente constitui encargo da Mesa de Assembleia Geral.
3. Os boletins de voto deverão ser colocados numa urna pelo eleitor.

Artigo 10º

Abertura e encerramento da votação

1. Só poderão votar os eleitores presentes no período estipulado para votação.
2. O Presidente da Mesa de Assembleia Geral declarará encerrada a votação, assim que se verifique um voto por Associação de Estudantes membro presente na Assembleia Eleitoral.

Artigo 11º

Voto branco ou nulo

1. Considera-se voto branco o do boletim que não tenha sido objeto de qualquer tipo de marca.
2. Considera-se voto nulo o do boletim de voto no qual:
 - a. esteja assinalado mais do que um quadrado ou quando hajam dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;
 - b. tenha sido feito corte, desenho, rasura ou tenha sido escrita qualquer palavra.

Artigo 12º

Contagem dos votos

1. A contagem dos votos será realizada na presença dos três membros da Mesa de Assembleia Geral e de um membro de cada lista candidata.

2. A contagem decorrerá da seguinte forma:

- a. Os boletins de voto serão desdobrados, um a um, por um membro da Mesa de Assembleia Geral;
- b. Os votos serão contados, em voz alta, no mínimo três vezes e por três pessoas diferentes, com a atenção de todos os presentes na sala.
- c. As listas vencedoras serão escritas numa folha branca e assinadas pelo Presidente da Mesa de Assembleia Geral e pelos membros representantes de cada lista.

3. Os mandatários das listas têm o direito de examinar os lotes dos boletins separados, sem alterar a sua composição e, no caso de terem dúvidas ou objeções em relação à contagem ou qualidade dada ao voto de qualquer boletim, poderão solicitar esclarecimento ou apresentar reclamações perante o Presidente da Mesa de Assembleia Geral

a. Quaisquer objeções deverão ser feitas num período máximo de duas horas desde a finalização da 3ª contagem referida no ponto 2, alínea b. deste mesmo artigo.

4. No caso do resultado da eleição depender da contagem dos votos, ou da qualidade dos mesmos, sobre os quais incidiu reclamação ou protesto, caberá à Mesa da Assembleia Geral, pronunciar-se, devendo ser marcada nova votação.

Artigo 13º

Destino dos documentos

1. As reclamações ou protestos que impeçam a finalização do processo eleitoral, deverão ser escritas e entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia Geral que as dará a conhecer a todos os membros da FAMV e, posteriormente deverão ser encerradas num pacote..

2. Os boletins de voto da referida votação, deverão ser também encerrados num pacote distinto do das reclamações e entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia Geral, até à nova tomada de posse devendo ser, aí, destruídos.

Artigo 14º

Apuramento definitivo

O apuramento definitivo verificar-se-á quando:

- a. Não hajam reclamações ou protestos pendentes;
- b. As reclamações e protestos não influam no resultado das eleições;
- c. Quando a Mesa de Assembleia Geral junto de três quartos dos Membros da Federação decidam que as reclamações ou protestos não são relevantes para este apuramento.

Capítulo IV Tomada de Posse

Artigo 15º Data e local da tomada de posse

1. Terminado o mandato dos anteriores órgãos, os novos órgãos eleitos devem tomar posse tão cedo quanto possível e, segundo os Estatutos, num período máximo de 30 dias após as eleições.
2. A tomada de posse deverá ser realizada na mesma instituição da Associação de Estudantes do Presidente da lista da Direção Eleita.

Artigo 16º Eficácia da tomada de posse

1. A tomada de posse será conduzida segundo o ponto 1. do Artigo 38º dos Estatutos aprovados.
2. Durante a tomada de posse deverá ser lavrada a ata, a qual deverá ser assinada pelos titulares eleitos que comparecerem e pelo Presidente da Mesa de Assembleia Geral cessante.
 - a. Em caso de ausência do Presidente da Mesa de Assembleia Geral cessante, a ata deverá ser assinada por outro elemento deste órgão cessante ou, em caso de ausência destes, por um elemento da Direção cessante.

3. Os titulares consideram-se em efetividade de funções uma vez elaborada a ata a que se refere o número anterior.

Capítulo V

Disposições Transitórias

Artigo 17º

Disposições Finais

Todos os casos omissos estatutariamente serão resolvidos nos termos das disposições legais aplicáveis às associações, das normas regulamentares internas e pelas deliberações da Assembleia Geral.

A Presidente da Mesa de
Assembleia Geral cessante

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Diana Silva'.

Diana Silva

ANEXO I

Artigo 34º Especificação

As disposições do presente capítulo aplicam-se eleição dos titulares de cargos na Mesa da Assembleia Geral, no Conselho Fiscal e Disciplinar e na Direção da FAMV, adiante designados por cargos eleitos.

Artigo 35º Elegibilidade e Incompatibilidades

1. São elegíveis para os Órgãos Dirigentes da FAMV todos os estudantes do Ciclo de Estudos Integrado em Medicina Veterinária inscritos nas instituições de base das AAEE nela federadas, desde que devidamente credenciados pela sua AAEE.
2. Nenhum candidato poderá, ao mesmo tempo, figurar em mais do que uma lista ou concorrer a mais do que um cargo eleito da FAMV.
3. Não podem ser candidatos estudantes que tenham pertencido previamente a Órgãos Dirigentes da FAMV nos quais, no entender da Assembleia Geral, tenham faltado às suas competências.
4. Não podem ser candidatos estudantes que desempenhem funções executivas em Associações, Federações, sociedades comerciais ou civis, organizações partidárias, ordens profissionais ou outras, salvo mediante declaração escrita de todos os cargos ocupados no ato de candidatura e sendo sujeitos à votação da admissibilidade da candidatura em sede de Assembleia Geral;

Artigo 36º Processo eleitoral

1. A eleição dos órgãos dirigentes da Federação realizar-se-á anualmente na última Assembleia Geral Ordinária do mandato, a qual deve ser expressamente convocada para o efeito com o mínimo de 30 (trinta) dias consecutivos de antecedência e realizada no segundo trimestre do ano civil.
2. O período eleitoral, no qual podem ser entregues as candidaturas, inicia-se com a convocatória provisória da Assembleia Geral Eleitoral e termina 10 (dez) dias consecutivos antes da mesma.

3. No caso da inexistência de candidatos para um determinado Cargo Eleito, admite-se um prazo extraordinário de 5 (cinco) dias consecutivos face ao previsto no número anterior.

4. Após a Assembleia Geral Eleitoral, caso se verifique o não preenchimento de Cargos Eleitos, serão convocadas novas eleições para os mesmos.

a. O novo período eleitoral deverá ser definido no final da respetiva Assembleia Geral eleitoral.

Artigo 37º

Regime de Eleição

A eleição da Mesa de Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Disciplinar e Direção é feita por lista fechada, por sufrágio direto, secreto e universal, sendo a lista eleita por maioria absoluta.

Artigo 38º

Tomada de Posse

1. Os novos Órgãos Dirigentes da Federação devem tomar posse em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, em sessão pública, até 30 (trinta) dias consecutivos após a sua eleição.

a. Em caso de abertura de segundo período eleitoral para o respetivo mandato, os titulares de Cargos Eleitos poderão ser imediatamente empossados, mesmo que advenham quaisquer irregularidades na convocação da Assembleia Geral de Tomada de Posse.

2. A Assembleia Geral de Tomada de Posse é convocada pelo Presidente da Mesa de Assembleia Geral, segundo os termos do Artigo 21º, sem prejuízo do número anterior.

3. A posse é conferida pelo Presidente da Mesa de Assembleia Geral em funções e na impossibilidade da sua comparência, por um dos restantes elementos da Mesa de Assembleia Geral, ou, em última instância pela Direção vigente.